

JOVENS DE CABURI/AM E TENSIONAMENTOS DAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO PÓS-ENSINO MÉDIO: O LOCAL DE MORADIA COMO MARCADOR DE DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

NÁDIA MACIEL FALCÃO

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

MARLECE MELO FONSECA

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

CLAUDIO GOMES DA VICTORIA

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

DANIELE SILVA DE ALMEIDA

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

RESUMO: Este estudo aborda os tensionamentos das relações dos jovens de Caburi/AM com a continuidade da trajetória escolar no pós-ensino médio, destacando a importância do local de moradia na análise das desigualdades educacionais. A pesquisa qualitativa, de natureza empírica, valeu-se de questionário semiestruturado, observação direta e diário de campo para a coleta de dados. Os resultados apontam que a trajetória de escolarização dos jovens de Caburi/AM fica suspensa a partir da conclusão do ensino médio. Os jovens estão fora do sistema de ensino e a maioria declara não ter condições objetivas para o acesso ao ensino superior no contexto atual de suas vidas, haja vista a ausência de instituições que ofereçam este nível de ensino na Comunidade. Morar na Comunidade e continuar estudando é algo difícil de conciliar na perspectiva dos jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens; Educação Escolar; Amazônia; Desigualdades Educacionais.

INTRODUÇÃO

O artigo está articulado a uma pesquisa que investiga trajetórias de escolarização e trabalho de jovens moradores da Comunidade de Caburi/AM no período pós ensino médio, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas- PPGE/UFAM, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Soma-se também aos esforços investigativos do Grupo de Pesquisa envidados com o objetivo de compreender as juventudes amazônicas em suas diferentes faces.

A proposta aqui apresentada desenvolve-se em torno do entendimento do local de moradia, neste caso, uma comunidade ribeirinha amazônica, enquanto um marcador social fecundo para a análise de desigualdades educacionais. Dialogando com abordagens mais amplas que têm conduzido o debate clássico sobre as desigualdades no modo de produção capitalista, este estudo propõe visitar o tema a partir das especificidades da relação de jovens moradores de uma comunidade amazônica com a

educação escolar em um período muito particular de suas trajetórias, qual seja o período pós-ensino médio, caracterizado aqui como os primeiros anos que se seguem após a conclusão da educação básica.

No olhar sobre o local de moradia em contextos de pesquisa, notam-se dois modos de abordagem: o local de moradia referenciado nas unidades administrativas mais abrangentes (municípios, regiões metropolitanas, estados, regiões, país); ou abordagens centradas em lugares mais delimitados tais como o bairro, a comunidade, o assentamento, a rua.

Na primeira perspectiva, este marcador pode ser pensado a partir de dados demográficos e estatísticos, em alguns casos, combinados com análises qualitativas, para situar assim as especificidades dos jovens de determinadas configurações locais. Podem ser uma chave de análise para averiguar como as desigualdades e diversidades se afirmam e se aprofundam nas relações do local com o global. No campo da juventude, este tipo de análise se revela em estudos que ajudam a compreender como determinadas questões se desdobram dentro de realidades delimitadas, mas ainda amplas. Um estudo sobre índices de evasão ou da taxa líquida de matrícula no ensino médio de uma determinada unidade da federação, seria um exemplo disso.

Na segunda perspectiva, estudos que abordam os locais efetivamente habitados pelos jovens e por onde circulam, tendem a enfatizar os desafios cotidianos vividos por estes sujeitos, contribuindo para o entendimento dos matizes que as desigualdades estruturais podem adquirir nos contextos locais, bem como para a elucidação de movimentos de resistência e ressignificação operado no campo das trajetórias juvenis. Pode-se considerar que o estudo aqui proposto se alinha com esta segunda tendência.

Almeida e Nakano (2011) postulam que a dimensão temporal tem primazia nos estudos de juventude, no entanto, as análises que enfatizam a dimensão espacial em perspectiva macro ou microsocial, são de extrema relevância, na medida em que evocam a condição de sujeito dos jovens que, ao agirem e interagirem em seus espaços de pertencimento, contribuem para a estruturação, significação e alterações dos territórios.

A realidade aqui retratada, mediada pela análise da experiência de jovens da Comunidade de Caburi/AM se constitui em um recorte na diversidade do que pode significar habitar a Amazônia. Uma Amazônia em que coexistem modos de vida urbanos, rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e que é desigual em diferentes perspectivas.

De acordo com Victória (2017), nas comunidades ribeirinhas amazônicas, as experiências que se estabelecem historicamente são introduzidas no movimento singular do dia a dia como fator essencial na significação das relações sociais e culturais ali produzidas. Essas vivências são parte principal da cultura ribeirinha, da sua organização, a relação temporal como o mundo e com a humanidade.

A discussão aqui proposta alinha-se à perspectiva do território como dimensão indissociável do social, incluindo o educacional apresentada por Oliveirae Hage (2011), especialmente quando defendem que a diversidade socioterritorial do campo amazônico deve ser considerada “na formulação e na efetivação de políticas educacionais para o território amazônico, sob pena de a educação e a escola se

contrapõem a essa diversidade socioterritorial e não colaborarem para o desenvolvimento de seus povos e territórios” (Oliveira; Hage, 2011, p.142).

Ao considerar a desigualdade educacional enquanto uma face das desigualdades sociais, é possível compreender o local de moradia como marcador social, na medida em que a experiência contemporânea dá provas de que a escola não tem chegado com a mesma força nos diferentes contextos e territórios e aos diferentes sujeitos. Contraditoriamente, vive-se hoje um tempo em que cresce um movimento conhecido por *homeschooling* ou educação domiciliar (Ribeiro, 2020). Ao mesmo tempo em que se escuta o clamor de comunidades de contextos urbanos e rurais nas quais os sinais da escola moderna, presencial, formal e institucionalizada sequer se completaram.

A teoria da desigualdade social de Bourdieu (2007) destaca como as estruturas sociais produzem e reproduzem desigualdades. O autor introduz os conceitos de capital econômico, cultural e social para explicar como essas formas de capital influenciam as oportunidades e as trajetórias de vida dos indivíduos. A exclusão social é vista como um resultado da distribuição desigual desses capitais.

Ao discutir a desigualdade social, Bourdieu (2007) enfatiza sua natureza histórica e cultural, indicando que as disparidades não surgem de maneira aleatória ou natural, mas são construídas ao longo do tempo através de práticas sociais e relações de poder. Sugere ainda, que a distribuição desigual de recursos, poder e prestígio é mantida e reproduzida por estruturas sociais que beneficiam certos grupos em detrimento de outros. Esse entendimento é crucial para a formulação de políticas públicas que busquem combater a desigualdade, pois aponta para a necessidade de mudanças estruturais profundas que desfaçam essas relações desiguais de poder e redistribuam recursos de forma mais equitativa.

Do ponto de vista do problema de pesquisa aqui delimitado, estudar a situação dos jovens recém egressos do ensino médio e que permanecem morando na comunidade de origem é, em alguma medida, uma tentativa de enfrentar um dos desafios que perpassam os estudos sobre os jovens do campo, qual seja, compreender fatores relacionados à saída e/ou permanência dos jovens de suas comunidades. Outra questão que afeta a juventude brasileira diz respeito aos caminhos a serem percorridos depois da conclusão do ensino médio, etapa final da educação básica. São duas questões importantes que procuramos evidenciar neste estudo com a seguinte delimitação: como isto tem se apresentado em Caburi/AM?

No contexto do campo brasileiro, com suas diferentes configurações regionais, as dificuldades dos jovens para prosseguimento de estudos e inserção regulada no mundo do trabalho é algo ainda mais crítico que nos contextos urbanos. Ao abordar o tema, Weisheimer (2005, p. 8) destaca que a “invisibilidade e migração parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectiva tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural”.

Wanderley (2009) argumenta que a permanência no meio rural ou a saída desse meio implica em complexas escolhas que envolvem os projetos familiares e as relações que se estabelecem entre a sociedade mais ampla e a vida local, e que se traduzem nas expectativas geradas e nas possibilidades efetivas de emprego e de educação. No caso dos jovens de Caburi, os dados mostram que a permanência no meio rural tem relação com as desigualdades estruturais e de acesso ao Ensino Superior em que muitos dos

jovens não têm condições financeiras para mudar-se para as áreas urbanas mais próximas.

Nesse contexto, Abramovay *et al.* (2004) apontam ainda que existem vários fatores que interferem nas escolhas dos jovens rurais de ficarem ou não no meio rural. Esses fatores estão vinculados também à educação no meio rural.

Na tentativa de contribuir com o avanço do conhecimento sobre os jovens do campo, de modo mais sistematizado, pretende-se responder neste artigo às seguintes questões a partir dos dados da pesquisa: Como os jovens de Caburi se posicionam em relação à continuidade dos estudos no pós-ensino médio? Quais fatores estruturais são mencionados pelos jovens como geradores de impedimentos e/ou dificuldades para continuar estudando em Caburi depois do ensino médio? Quais fatores e estratégias locais e/ou individuais favorecem a continuidade de estudos? Em que medida os depoimentos dos jovens demonstram uma ausência do Estado na promoção do direito à educação?

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa ancorada em referenciais teórico-metodológicos da área da educação na interface com a sociologia da juventude. Metodologicamente, sustenta-se como uma pesquisa de campo contemplando a escuta dos sujeitos e a observação da realidade, utilizando-se como instrumentos o questionário semiestruturado e o diário de campo.

O questionário foi aplicado a um grupo de 30 jovens que concluiu o ensino médio em Caburi no município de Parintins, estado do Amazonas, no ano de 2021 e que permaneceu morando em tal comunidade. A construção da lista de jovens que se encaixava neste perfil foi realizada com o apoio da equipe da escola onde os jovens haviam estudado. Vale ressaltar que esta é a única escola com oferta do ensino médio regular presencial na comunidade.

A observação direta foi empregada como uma técnica de apoio e foi realizada desde as tratativas com a escola para construção da lista de sujeitos até a aplicação dos questionários. Os registros das observações compuseram o diário de campo.

Lüdke e André (2020) destacam que os dados coletados nas pesquisas qualitativas são predominantemente descritivos analíticos, assim, o pesquisador considera que a descrição deve possibilitar um diálogo com o objeto.

Conforme Paugam (2015), a observação sociológica é realizada *in vivo* e não *in vitro*. Ela se confronta com situações reais e está a serviço de uma construção do objeto e na observação direta o pesquisador pode definir as categorias de coleta que são adaptadas aos fins que ele pesquisa. Assim, foi realizada a visita nas casas dos sujeitos para aplicação dos questionários e o testemunho dos fenômenos, registros das impressões no diário de campo, fotografias do ambiente e elementos considerados necessários para a pesquisa.

Utilizou-se o diário de campo por considerar uma ferramenta essencial na coleta de dados, servindo como um registro detalhado e sistemático das experiências e descobertas durante o processo de investigação. O uso do diário de campo como

técnica de pesquisa, possibilitou uma escrita sociológica das impressões e observações dos comportamentos dos sujeitos e do ambiente estudado.

É relevante destacar que a aplicação do questionário semiestruturado foi realizada levando em consideração a ideia de conversa, termo adotado por Spink (2008). Tal formato descreve a importância da postura do pesquisador no cotidiano, inserido como parte do processo. Mesmo em se tratando de um questionário e não de uma entrevista, o contexto da pesquisa e os primeiros contatos com os sujeitos participantes sugeriram que seria importante adotar esta estratégia de aplicação dos questionários para maior aproximação com os sujeitos e a quebra de uma timidez e desconfiança que demonstravam nos primeiros contatos. Assim, o instrumento foi seguido pela pesquisadora, sem, no entanto, fazer com que o momento pudesse parecer um interrogatório.

A posição normalmente adotada de distanciamento entre entrevistador e entrevistado produz respostas que sozinhas não dão conta de auxiliar na compreensão de questões complexas como as que envolvem a educação. Já a opção pelo modelo de conversas, permite o estabelecimento de um diálogo entre as partes, tornando possível o desenvolvimento de determinadas questões com maior profundidade.

A experiência do olhar, do ouvir, o que nos possibilita uma melhor percepção dos questionamentos que nos mobilizam na inserção no campo da pesquisa. É a vida com suas armadilhas, surpresas, emoções, descobertas, risos, choros que se projeta na tela do cotidiano e que nos convida também a assumir um papel junto aos protagonistas dessa história de fatos reais (Victória, 2017, p.34).

Na abordagem das trajetórias dos jovens egressos, sob o viés da pesquisa qualitativa, optou-se pela técnica de Análise de Conteúdo. Para Bardin (2011), a Análise de Conteúdo objetiva analisar o que foi dito, construindo e apresentando concepções em torno do objeto de estudo. A análise do material coletado seguiu as fases de Pré-análise, Exploração do material e Tratamento dos resultados.

A primeira fase consistiu na leitura flutuante por intermédio da qual destacamos os excertos que mais condizem com o objeto de estudo e com as problemáticas abordadas na pesquisa. Com isso, alcançamos recortes relevantes para a investigação. Com base nesses recortes, passamos à etapa de exploração do material, adotando-se procedimentos de codificação em razão de características comuns. O próximo passo foi a classificação em blocos que expressaram determinadas categorias (foram retiradas as descrições nos relatos do diário de campo) que estão presentes nas questões norteadoras e referenciais teóricos inicialmente propostos.

Dessa forma, num movimento contínuo, as categorias foram se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo. Por consequência, o resultado do agrupamento foi o alcance de 8 categorias (1. Identificação positiva do jovem com o trabalho manual e a recusa ao prosseguimento nos estudos; 2. Apegado jovem às relações pessoais e ao seu espaço de origem; 3. Desilusão do jovem com a ausência de incentivo para cursar o nível superior na comunidade em que reside; 4. Dificuldades de ordem informativa ou instrumental para o acesso ao nível superior; 5. Inserção precoce do jovem no mundo do trabalho em virtude da necessidade financeira da família; 6. Acesso ao ensino superior como oportunidade dada apenas às famílias com condições financeiras; 7. Fatores impeditivos advindos da constituição familiar não planejada; 8.

Deslocamento do jovem da comunidade como fator impeditivo para cursar o nível superior fora da comunidade).

Na terceira fase do processo de análise, denominada tratamento dos resultados – a inferência e interpretação, passamos a analisar as três categorias finais geradas (1. O caráter afetivo e intimista de fatores que influenciam a decisão dos jovens para uma perspectiva no curso superior; 2. Dificuldades específicas da Comunidade de Caburi que se tornam entraves para o acesso ao nível superior; 3. A dificuldade financeira e de moradia como marcadores de não acesso ao ensino superior).

As perguntas do questionário, de modo geral, se caracterizaram pela múltipla escolha dos itens, o que possibilitou aos entrevistados assinalar a opção que melhor condizia com a sua realidade. A partir das frequências das respostas, realizamos uma descrição analítica para uma leitura ampla acerca do perfil dos participantes, bem como a característica de formação escolar, continuidade dos estudos e questões relacionadas ao mundo do trabalho.

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO CABURI/AM COMO LÓCUS DA PESQUISA

A Comunidade de Caburi, oficialmente denominada Agrovila de São Sebastião do Caburi, integra a área territorial de Parintins, município localizado no extremo leste do estado do Amazonas, distante 369 quilômetros da capital Manaus com acesso por via fluvial e aérea. Caburi está localizada a 45km da cidade de Parintins e possui uma população aproximada de 4.320 habitantes, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de Parintins (Parintins, 2020).

O acesso à comunidade, a partir da sede urbana do município de Parintins, é feito por vias fluviais em embarcações motorizadas, típicas da região amazônica, com saídas semanais regulares da rampa do Mercado Municipal pela manhã ou outros horários. Este deslocamento dura entre 1h30 a 4 horas, dependendo do tipo de embarcação e do período de cheia ou vazante do rio.

As lanchas e bajaranas (espécie de canoa com motores rabeta) também facilitam o acesso à região caburiense, principalmente no período da vazante dos rios, quando o percurso fica mais difícil devido ao fechamento da entrada que dá acesso ao lago da Comunidade (Rodrigues, 2005).

No que concerne à infraestrutura, Caburi apresenta alguns elementos de urbanização, tais como: ruas asfaltadas, meio fio, porto flutuante para atracação de embarcações, banco postal, rede elétrica ligada ao Programa Luz Para Todos. (Rodrigues, 2005).

Na área da educação, possui três escolas, sendo duas municipais que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental. A terceira escola é pertencente à rede estadual atendendo à comunidade local e circunvizinhas desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio Regular e por Mediação Tecnológica. A escola estadual possui um Ginásio poliesportivo que atende alunos e comunitários para realização de eventos sociais e esportivos.

Na área da saúde, a comunidade possui o Posto de Saúde com atendimentos básicos de clínico geral. Recentemente recebeu a designação de UBS (Unidade Básica de

Saúde) com ampliação dos atendimentos de odontologia e ginecologia. A UBS funciona diariamente das 8 às 17 horas e possui plantonistas à noite com escalas. Atende à comunidade de Caburi e as circunvizinhas e dispõe de uma ambulância fluvial denominada de ambulancha, para o transporte de pacientes até a cidade de Parintins, nos casos que não podem ser atendidos na localidade.

Quanto aos meios de informação e comunicação, há um sistema de internet instalado nas residências e em lugares públicos como o mercado municipal. A internet residencial é efetivada a partir de pagamento de mensalidades com pacotes definidos de acordo com a quantidade de *megabytes*. A instalação nos logradouros públicos é realizada mediante pagamento pela prefeitura Municipal de Parintins que disponibiliza *wifi* grátis para os comunitários para cumprimento de políticas públicas de acesso à internet para comunidades distantes do Município, mas que em virtude do número de acessos, a rede apresenta instabilidade, por isso há horários específicos que se torna inviável o acesso à internet na localidade. Possui dois sistemas de vozes (Sistema de ampliação de som através de alto-falantes instalados em uma elevação apoiados em esteios de madeira): a Voz Comunicadora e a Voz Paraíso, as quais são responsáveis por divulgar e informar assuntos pertinentes à realidade local e vendas de produtos regionais (peixes, beijus, tapioca).

Quanto aos aspectos de trabalho e renda, predomina a economia baseada na agricultura de subsistência, centrada no cultivo da mandioca, sendo parte da produção comercializada ali mesmo e outra parte vendida no Município de Parintins. Apesar de haver uma cooperativa de agricultores e associações na localidade, não há uma organização específica de produção onde já se tem um destino da venda dos produtos.

Com relação ao lazer, os jovens costumam participar de campeonatos promovidos na comunidade e regiões circunvizinhas, além do envolvimento em atividades religiosas e em promoções festivas como bailes dançantes e festas religiosas.

É neste contexto, sumariamente descrito aqui, que os jovens participantes da pesquisa constroem suas experiências e onde estão implicadas as dimensões individuais e coletivas que os constituem como sujeitos deste território.

JOVENS DE CABURI/AM NO PÓS-ENSINO MÉDIO: TRAJETÓRIAS ESCOLARES EM SUSPENSÃO

A lista inicial de concluintes do ensino médio no ano de 2021 em Caburi compunha-se de 53 jovens (28 do sexo masculino e 25 do feminino). Deste quantitativo inicial, apurou-se que 8 jovens eram provenientes de comunidades adjacentes e 15 mudaram de Caburi após a conclusão do ensino médio. Para operacionalização da pesquisa e o alcance dos objetivos, optou-se por realizar a etapa de campo com os 30 jovens que permaneceram morando em Caburi. Este grupo estava formado por 17 jovens do sexo masculino e 13 jovens do sexo feminino, todos (as) autodeclarados (as) pardos (as) com idades entre 18 e 22 anos.

A maioria destes jovens (23 sujeitos) tinha até 20 anos, o que demonstra que não se acumulou distorção idade/série ao longo da educação básica, haja vista que o questionário foi aplicado no ano de 2023, portanto, 2(dois) anos depois que estes jovens concluíram o ensino médio.

É relevante ressaltar que entre estes jovens que permaneceram morando em Caburi após a conclusão do ensino médio, 19 são solteiros (as) e 11 indicaram viver em união estável, dos quais 9 jovens declararam ter filhos.

Sobre a situação socioeconômica, as respostas nos levam a perceber um contexto de dificuldade financeira, considerando que a maior parte das famílias possui entre 4 e 6 pessoas residindo na mesma casa com menos de um salário-mínimo por mês.

Os jovens provêm de núcleos familiares pouco escolarizados, sendo que somente 3 possuem algum familiar que já concluiu o ensino superior. Neste aspecto, algo a ser destacado é o fato de que os membros da família que foram citados como aqueles que já alcançaram o ensino superior, são mulheres: mães e irmãs. Este dado coaduna com as estatísticas de escolaridade dos jovens do campo, pois se observa uma maior escolaridade feminina, algo que também é verdadeiro quando se olha para os dados gerais de acesso ao ensino superior na população brasileira.

Atualmente no Brasil uma gama de indicadores aponta para o fato de as mulheres estarem em maior número nos diversos níveis educacionais. No ensino universitário não é diferente; nele, a presença de mulheres é preponderante. Entretanto, este cenário não afasta as distorções de gênero que, articuladas a outros vetores de desigualdade social, como raça/ etnia, ainda estão presentes e limitam a equidade na distribuição de oportunidades (Barreto, 2014, p. 12).

Este aspecto também é ressaltado por Nascimento; Marques; Trindade (2020, p. 11).

Atualmente, no caso brasileiro, após a implementação das chamadas políticas universalistas de inclusão, é possível observar um lento processo de mudança nesse cenário. Um indicador é o aumento da presença de mulheres no ensino superior, por muitos anos considerado um privilégio masculino. Ainda que seu impacto na transformação do campo educacional e científico demande análises e problematizações, é inegável que a presença feminina nesse nível de ensino tem aumentado significativamente no Brasil.

Esta realidade de acesso à educação superior ainda não alcançou os jovens participantes da pesquisa, visto que para a maioria, a trajetória de escolarização ficou suspensa desde a conclusão do ensino médio. Somente 3 jovens declararam ter participado de cursos de curta duração depois da conclusão da educação básica e quanto ao acesso à educação superior, parece ainda uma realidade muito distante, pois nenhum dos jovens sequer participou de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação.

Realidades como estas nos dão prova das desigualdades instaladas nos sistemas de ensino e das contradições entre aquilo que está instituído e aquilo que se efetiva no campo das políticas públicas de educação. A este propósito, é importante lembrar que o Plano Nacional de Educação (PNE/2014) dispõe sobre a necessidade de

políticas públicas que levassem em consideração as características dos grupos que vivem no campo (crianças, jovens, adultos). Como destaca o art. 8º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o PNE, as políticas educacionais federais, estaduais e municipais devem ser constituídas de forma que, “considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural” (Brasil, 2014).

A inclusão desta questão no Plano Nacional de Educação está relacionada a um contexto no qual se reconhece a “insuficiência de políticas educacionais específicas para o campo como uma das principais causas da desigualdade entre a escolaridade média rural e a urbana” (Brasil, 2014, p. 32). Nesse contexto, a adequação das ações às peculiaridades dos sujeitos do campo e à vida nos espaços rurais surge como condição para a efetividade das políticas públicas educacionais.

De acordo com Gomes e Duarte (2019), atualmente, no âmbito educacional, tornou-se ainda mais hegemônica a ideia de que todos podem ter as mesmas oportunidades e de que é possível a garantia da justiça social por meio do Estado ou do mercado, pois só é possível falar em justiça social na medida em que todas as pessoas tenham acesso às condições materiais e imateriais de desenvolvimento humano para além do plano formal e legal. Porém, a história do capitalismo demonstra a impossibilidade estrutural de assegurar essas condições para que todos os indivíduos conquistem uma vida adequada para que tenham acesso às condições materiais indispensáveis à dignidade humana.

Qualificando um pouco mais os dados da pesquisa sobre tentativas de acesso à educação superior, temos 3 jovens que disseram ter feito a inscrição em processo seletivo, mas não realizaram a prova; 2 jovens que cogitaram fazer inscrição, mas desistiram; 16 jovens que disseram nunca ter feito nenhuma tentativa, sem especificar o motivo e 9 jovens que responderam que nunca tentaram ingressar no ensino superior porque não pretendem continuar estudando.

Esta realidade encontrada em Caburi não difere completamente da realidade de muitos jovens brasileiros, mesmo em contextos urbanos, visto ser crescente o número de jovens que ficam desvinculados do sistema de ensino após a conclusão do ensino médio. São jovens que, em muitos casos, também permanecem, por algum tempo, fora do mercado de trabalho e passam a constituir a categoria nem-nem ou sem-sem.

A elevada proporção de jovens fora da escola e sem emprego no país está associada às desigualdades de renda, gênero e raça presentes na sociedade brasileira, que acabam por privilegiar alguns grupos e limitar outros no acesso a educação de qualidade e melhores oportunidades de emprego. Embora a literatura nos advirta de que estar sem estudar nem trabalhar é uma situação transitória e que períodos de inatividade são comuns na trajetória laboral dos jovens, a explicação para que alguns permaneçam nessa situação por períodos mais longos que outros ainda é controversa. O diagnóstico dominante aponta que ser pobre, negro, ter baixa escolaridade e ser mulher com filhos são características que aumentam as chances de os jovens estarem na situação conhecida como nem-nem. (Rocha *et al*, 2020, p. 546).

Nem todos os jovens de Caburi se encaixam exatamente neste perfil de nem-nem, pois apesar de estarem desvinculados do sistema de ensino, alguns estão inseridos no mundo do trabalho, porém, em atividades quase sempre informais e temporárias, típicas da realidade da Comunidade, isto é, na agricultura, na fazenda e na pesca. Há jovens que trabalham em casa informalmente, o que envolve a costura, cozinha, artesanato, carpintaria. Outros jovens realizam trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as) e jovens trabalhando em comércio, transporte e outros serviços informais.

Para sondar os fatores que dificultam a continuidade de estudos em nível superior após a conclusão do ensino médio para os jovens que permanecem morando em Caburi, o questionário oferecia quatro opções de respostas e os resultados foram os seguintes: 15 jovens responderam que o fator que mais dificulta é não terem um local para morar nas cidades mais próximas onde há oferta de cursos superiores; 8 jovens disseram ser a ausência de instituições públicas ou privadas que ofertam ensino superior na comunidade; 6 jovens indicaram que as dificuldades dizem respeito a questões familiares, como possuir filhos ou cônjuge e 1 jovem respondeu que não tem interesse no momento em continuar os estudos.

No momento da aplicação, chamou a atenção a situação de um jovem que questionou a equipe de pesquisa sobre a possibilidade de marcar quatro opções das cinco que estavam ali descritas, pois, na perspectiva deste jovem, todas as alternativas faziam sentido na realidade dos jovens de Caburi.

Estas dificuldades de acesso reverberam também nas respostas dos jovens sobre os critérios de escolha de curso superior, de modo que 11 jovens responderam que dariam preferência para cursos oferecidos na modalidade de educação à distância. Junto a estes, outros critérios que são citados pelos jovens como sendo importantes para possíveis escolhas de curso, no caso de continuidade de estudos seriam, respectivamente: a menor relação candidato/vaga para ingresso (11 jovens) e a relação entre o diploma obtido e as vagas disponíveis no mercado de trabalho (8 jovens).

O questionário contou com uma pergunta discursiva, mediante a qual os participantes deveriam expressar a possibilidade de prosseguirem nos estudos. Para tanto, dos 30 entrevistados, 21 deles revelaram não ter nenhum plano para isso, enquanto 5 deles almejam ingressar em um curso superior, porém, sem demonstrarem estratégias concretas e os outros 3 citaram a vontade de fazer algum curso profissionalizante. Nesse caso, compreende-se que esses números também são reflexos da realidade vivenciada na comunidade, alcançando uma concepção em que muitos deles desejam mudanças.

A ausência do Estado na promoção do direito à educação é visualizada nas respostas dos entrevistados, em que 30 jovens afirmaram que na comunidade não é oferecido nenhum serviço de apoio aos estudos e à inserção no mercado de trabalho. Isso implica, pois, em uma coerência com o horizonte pessimista dos jovens pela ausência de estratégias locais para a continuação da escolaridade dos jovens.

Essa ausência do Estado é visualizada também nas falas adicionais dos jovens e foram registradas no diário de campo. As descrições revelam as dificuldades específicas na comunidade de Caburi, dentre elas estão o acesso à internet, a ausência de

universidade e programas de incentivo aos jovens rurais. Um dos jovens comentou que para ele seguir em uma faculdade, teria que ter uma universidade na comunidade, pois enfatizou que somente os filhos de professores ou os criadores de gado seguem estudando em Parintins e, mesmo assim, com todo o incentivo familiar, muitos desistem dos estudos. Os jovens revelaram ainda que são realizadas promessas em campanhas políticas de implementação de uma faculdade rural, mas de acordo com as ponderações dos jovens, permanecem somente no papel.

Medeiros e Oliveira (2014, p. 561) trazem um olhar sobre a redução das desigualdades regionais no acesso à educação

A redução dessas desigualdades regionais é meta de várias iniciativas políticas. As propostas para enfrentar o problema variam, mas praticamente todas incluem algum grau de transferência de certas responsabilidades pelo ensino básico para o governo federal, particularmente aquelas relacionadas a seu financiamento. O que fundamenta esse argumento é a ideia de que a convergência regional não irá ocorrer espontaneamente dentro de um prazo razoável e que só o governo federal é capaz de mobilizar os recursos econômicos e políticos necessários para conduzir uma política igualitarista ativa.

Somado a essas ponderações, Brito e Guimarães (2017) destacam que as desigualdades regionais muitas vezes são evidenciadas em diversos aspectos da sociedade, principalmente na distribuição dos recursos destinados à educação, assim é necessário a elaboração de políticas sociais para amenizá-las e precisam ser previstas nas leis de planejamento da educação e garantidas pelo Estado, que tem o dever de proporcionar o desenvolvimento educacional que atenda às especificidades das regiões menos favorecidas economicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abordagem sobre os tensionamentos das relações de jovens de Caburi/AM com a continuidade da trajetória escolar no pós-ensino médio, os resultados da pesquisa revelam interdições estruturais à continuidade dos estudos, seja em cursos técnicos ou na educação superior, para os jovens que residem naquela comunidade ribeirinha amazônica. A maioria dos jovens não deu continuidade aos estudos desde a conclusão do ensino médio e o acesso a cursos de graduação parece ainda uma realidade muito distante, visto que nenhum dos jovens sequer participou de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação.

Os jovens estão envolvidos em atividades laborais, relações familiares e teias de sociabilidade fortemente assentadas em Caburi e julgam que a continuidade da trajetória escolar só seria possível se houvesse oportunidades de estudo na própria Comunidade. Muitos não descartam a possibilidade de um acesso futuro ou mesmo a expectativa de seguirem estudando, mas destacam que a ausência de instituições que ofertam cursos técnicos ou de graduação na Comunidade, a falta de recursos e outras condições para mudar-se da Comunidade ou mesmo para cursar a modalidade de Educação à Distância, são fatores limitadores da continuidade da sua trajetória escolar.

Os jovens reconhecem a presença de oportunidades no Município de Parintins, onde inclusive se encontram unidades das Universidades Federal e Estadual. Porém, a falta de recursos financeiros para providenciar uma mudança para a sede do Município e outras implicações da vida familiar e laboral estabelecidas em Caburi, contribuem para tornar mais distantes estes jovens e as oportunidades de acesso ao ensino superior ou outros processos de educação formal.

Os jovens revelam a ausência do Estado na promoção do direito à educação, ressentem-se da falta de suportes no período posterior à conclusão do ensino médio e, embora continuem sustentando no plano individual um desejo de dar continuidade em suas trajetórias escolares, não conseguem visualizar estratégias concretas para o alcance deste objetivo no contexto em que se encontram.

Muito embora o local de moradia tenha sido alçado nesta análise como o marcador de entrada para a análise das desigualdades sociais, a realidade dos jovens participantes da pesquisa demonstra as múltiplas dimensões que se expressam na experiência juvenil dos jovens daquele lugar, perpassada por outros tensionamentos da situação socioeconômica, de gênero e de identidade com o território. Combinadas, estas dimensões permitem concluir que morar na Comunidade de Caburi e continuar estudando após a conclusão do ensino médio é algo difícil de conciliar na perspectiva dos jovens. Potencialmente, o local de moradia influencia na educação escolar da juventude no pós-ensino médio e revela desigualdades educacionais.

Artigo recebido em: 29/09/2024

Aprovado para publicação em: 04/12/2024

YOUNG PEOPLE FROM CABURI/AM AND TENSIONINGS OF RELATIONS WITH POST-HIGH SCHOOL EDUCATION: THE PLACE OF RESIDENCE AS A MARKER OF EDUCATIONAL INEQUALITIES

ABSTRACT: This study addresses the tensionings in the relations of the young people from Caburi/AM and the continuation of their educational trajectory after high school, highlighting the importance of the place of residence in the analysis of educational inequalities. The qualitative research, of an empirical nature, used a semi-structured survey, direct observation and field diary for data collect. The results indicate that the schooling trajectory of young people in Caburi is suspended from the conclusion of high school. The young people are outside the education system and most declare that they do not have the objective conditions to access higher education in the current context of their lives, because of the absence of institutions that offer this level of education in the Community. Living in the Community and continuing to study is something very difficult to reconcile from the perspective of the young people.

KEYWORDS: Young people; School Education; Amazon; Educational Inequalities.

FALCÃO, N. M.; FONSECA, M. M.; VICTORIA, C. G. da; ALMEIDA, D. S. de

JÓVENES DE CABURI/AM Y TENSIONES EN LAS RELACIONES CON LA EDUCACIÓN ESCOLAR DESPUÉS DE LA SECUNDARIA: EL LUGAR DE RESIDENCIA COMO MARCADOR DE DESIGUALDADES EDUCATIVAS

RESUMEN: Este estudio aborda las tensiones en las relaciones de los jóvenes de Caburi/AM con la continuidad de su trayectoria escolar después de la secundaria, destacando la importancia del lugar de residencia en el análisis de las desigualdades educativas. La investigación cualitativa, de carácter empírico, utilizó un cuestionario semiestructurado, observación directa y un diario de campo para la recolección de datos. Los resultados indican que la trayectoria escolar de los jóvenes de Caburi/AM se suspende después de finalizar la escuela secundaria. Los jóvenes se encuentran fuera del sistema educativo y la mayoría declara no tener condiciones objetivas de acceso a la educación superior en el contexto actual de sus vidas, dada la ausencia de instituciones que ofrezcan este nivel educativo en la Comunidad. Vivir en Comunidad y seguir estudiando es algo difícil de conciliar desde la perspectiva de los jóvenes.

PALABRAS- CLAVE: Jóvenes; Educación Escolar; Amazonia; Desigualdades Educativas.

REFERÊNCIAS

FERRARI, D. L. *et al.* Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, 2004. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/251> Acesso em: 08 dez. 2024.

ALMEIDA, E.; NAKANO, M.. Jovens, territórios e práticas educativas. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24214>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, A. A Mulher no Ensino Superior: distribuição e Representatividade. **Cadernos do GEA**, n. 6, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://biblioteca.flacso.org.br/?publication=caderno-gea-n6-a-mulher-no-ensino-superior-distribuicao-e-representatividade> Acesso em: 08 set. 2024

BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRITO, C. S.; GUIMARÃES, A. R. A expansão da educação superior e a desigualdade regional brasileira: uma análise nos marcos dos planos nacionais de educação. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 44, p. 43-66, set./dez. 2017.
DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n44.7898>. Acesso em: 08 set. 2024

GOMES, M. P.; DUARTE, A. J. Desigualdade social e o direito à educação no Brasil: reflexões a partir da reforma do ensino médio. **Inter-Ação**, Goiânia, v.44, n.1. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/55708>. Acesso em: 08 set. 2024.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

MEDEIROS, M.; OLIVEIRA, L. F. B. Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/VnhyMJXVc6Tb5fbQ7n83Rwt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2024.

NASCIMENTO, M. B. M.; MARQUES, T.G.; TRINDADE, D. R. Jovens do campo no ensino superior. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 10, Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1259>. Acesso em: 08 dez. 2024.

OLIVEIRA, L. M. M.; HAGE, S. Antônio M. A socioterritorialidade da Amazônia e as políticas de Educação do Campo. **Revista Ver a Educação**, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rve/article/view/1006/1461>. Acesso em: 19 set. 2024.

PARINTINS. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Plano municipal de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos de Parintins**. Parintins: AM, 2020.

PAUGAM, S. **A pesquisa sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

RIBEIRO, A. C. Homeschooling e controvérsias: da identidade à pluralidade – o drama da socialização. **Práxis Educativa**, v. 15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14775>. Acesso em: 19 set. 2024.

ROCHA, E. *et al.* Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: como formular políticas públicas?. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/VHJ6mzWBFq3Qt4JDwxGj8pk/>. Acesso em: 20 set. 2024.

RODRIGUES, A. S. **História do Caburi**: Luz da Manhã. 1 ed. Manaus: UFAM, 2005.

SPINK, P. K. Pesquisador e Conversador no Cotidiano. **Psicologia & Sociedade**; 20, Edição Especial: 70-77 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6Sc7z55mBqkxxHPjrDvJHXJ/>. Acesso em: 19 set. 2024.

FALCÃO, N. M.; FONSECA, M. M.; VICTORIA, C. G. da; ALMEIDA, D. S. de

VICTORIA, C. G. **Comunidade, escola e juventude**: navegando pela história oral de vida de jovens de uma comunidade ribeirinha no Amazonas. Curitiba: CRV, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, N. **Estudos sobre os jovens rurais do Brasil**: mapeando o debate acadêmico. Brasília: Nead/MDA, 2005.

NÁDIA MACIEL FALCÃO: Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Líder do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação e Trabalho na Amazônia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3196-0341>
E-mail: nadialfalcao@ufam.edu.br

MARLECE MELO FONSECA: Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Professora da Educação Básica/SEDUC-AM. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0680-7556>
E-mail: marlece2016@gmail.com

CLAUDIO GOMES DA VICTORIA: Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Departamento de Administração e Planejamento da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação e Trabalho na Amazônia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7616-228X>
E-mail: claudiovictoria@ufam.edu.br

DANIELE SILVA DE ALMEIDA: Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas - *Campus Itacoatiara*. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7613-9733>
E-mail: daniele.silva@ifam.edu.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).